

Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades

na Educação

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

6



Atena
Editora

Ano 2021

Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

6



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Drª Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Discursos, práticas, ideias e subjetividades na educação 6

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D611 Discursos, práticas, ideias e subjetividades na educação 6 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ilvanete dos Santos de Souza, Reinaldo Feio Lima. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-022-0

DOI 10.22533/at.ed.220212804

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). III. Lima, Reinaldo Feio (Organizador). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Inicialmente localizamos o leitor quanto ao contexto de organização desta obra; pois, nesse momento, (sobre)vivemos em um contexto pandêmico no qual os desafios enfrentados perpassam as “(...) relações entre a preservação da vida e as necessidades sociais tão preciosas a nós humanos, seres gregários que somos, bem como as dificuldades relativas ao trabalho, à economia e à sustentabilidade das instituições.” (GATTI, 2020, p. 30¹).

Neste contexto, é com entusiasmo de dias melhores que apresentamos o livro: **“Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação”** cujas temáticas focam a problematização da educação em relação as práticas, discursos, subjetividades e ideias, voltadas a formação de professores, gestão educacional, contexto pandêmico, inclusão, gênero e diversidade, ensino de Ciências e Matemática, práticas interdisciplinares, profissionalização e trabalho docente, Educação à Distância, entre outros.

Uma obra estruturada a muitas mãos e que tem por objetivo socializar as diferentes produções, desde relatos de experiências a textos de pesquisas, vinculados a diferentes instituições nacionais e internacionais, ampliando o olhar acerca das temáticas que evidenciamos anteriormente. O número expressivo de artigos encaminhados para este livro e os resultados aqui apresentados, revelou a relevância da temática e dos estudos e pesquisas que vêm sendo realizados por diferentes pesquisadores, bem como reafirma o entendimento da imprescindível necessidade de Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação.

Dessa forma, esperamos que esta obra seja a mola propulsora para futuras reflexões e inspirações para docentes em formação e/ou exercício da docência. Que ao ler os textos que apresentamos nesse volume inspiremos investigações e práticas exitosas, permitindo um ressignificar dos processos de formação, ensino e de aprendizagem. Os artigos que compõe este livro – cada um sob olhares, discursos, práticas, ideias e impressões de seus autores – buscam galgar por questões que inquietam o cotidiano social da educação, principalmente, contribuir com as discussões que promovam a qualificação do ensino no Brasil, reafirmando a necessidade de olhares mais apurado para subjetividade que compõem as diferentes práticas e discursos educacionais.

Nesse sentido, portanto, desejamos a todos uma ótima e profícua leitura.

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

¹ GATTI, A. B. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. Estudos Avançados. vol.34 no.100 São Paulo Sept./Dec. 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

FORMAÇÃO CONTINUADA E ADOECIMENTO DOCENTE: BASES HISTÓRICO-CRÍTICO-CULTURAIS PARA PENSAR POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO

Soraya Cunha Couto Vital

Vanderlei Braulino Queiroz

Sônia da Cunha Urt

DOI 10.22533/at.ed.2202128041

CAPÍTULO 2..... 12

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E IDENTIDADES DOCENTES: FORMAS DE RECEPÇÃO DE UMA PROPOSTA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM ESCOLAS CAMPO

Carolinne Porto da Silva

Luciana Maria Viviani

DOI 10.22533/at.ed.2202128042

CAPÍTULO 3..... 26

CÁLCULO DE ÍNDICE DE EFECTIVIDAD: APLICACIÓN PARA ESTUDIOS DE GRADUADOS EN PROGRAMAS UNIVERSITARIOS

David Alberto García Arango

Cesar Felipe Henao Villa

Jovany Sepúlveda-Aguirre

Luis Fernando Garcés Giraldo

José Antonio García Pereáñez

DOI 10.22533/at.ed.2202128043

CAPÍTULO 4..... 36

O POSITIVISMO NO BRASIL E SUA INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO

Victoria Henrard

DOI 10.22533/at.ed.2202128044

CAPÍTULO 5..... 42

PRÁTICAS DE INCLUSÃO NO ATENDIMENTO ESCOLAR DOMICILIAR

Raquel Soares da Silva

Daiane de Liemes Rosa

DOI 10.22533/at.ed.2202128045

CAPÍTULO 6..... 53

EDUCAÇÃO INTEGRAL PRESSUPOSTO PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ana Abadia dos Santos Mendonça

DOI 10.22533/at.ed.2202128046

CAPÍTULO 7..... 62

ACESSIBILIDADE NO IFCE: ANÁLISE SITUACIONAL DOS NAPNES

Hellenvivian de Alcantara Barros

Kelma de Freitas Felipe
Patrícia Fernandes de Freitas
DOI 10.22533/at.ed.2202128047

CAPÍTULO 8..... 71

**CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS ATRAVÉS DE PRÁTICAS EDUCATIVAS
EXPERIMENTAIS NO ENSINO DE CIÊNCIAS**

Diane Rita Rupp
Rosemar Ayres dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.2202128048

CAPÍTULO 9..... 81

A PROFESSORA LUCÍLIA BECHARA SANCHEZ: UMA PROFESSORA MODERNA

Francisco de Oliveira Filho

DOI 10.22533/at.ed.2202128049

CAPÍTULO 10..... 94

**CATOLICISMO E POLÍTICA ÀS VÉSPERAS DO GOLPE MILITAR NO BRASIL: O
SISTEMA PAULISTA DE ENSINO NA ADMINISTRAÇÃO DO PADRE JANUÁRIO
BALEIRO DE JESUS E SILVA (1963-1964)**

Samuel José de Carvalho
Mauro Castilho Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.22021280410

CAPÍTULO 11..... 105

**ACESSIBILIDADE ATITUDINAL E OS ENTRAVES NA INCLUSÃO DO ESTUDANTE
COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO AMBIENTE ACADÊMICO**

Carolina Eckrich Canuto
Luciana dos Santos dos Anjos
Elisângela Bezerra Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.22021280411

CAPÍTULO 12..... 116

**A CONCEPÇÃO DE ESTUDANTES E PROFESSORES(AS) DOS ANOS FINAIS
DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE SAÚDE EM ESCOLAS COM DIFERENTES
CONTEXTOS**

Márcio da Mota Machado Filho
Ivana Fontoura Carvalho
Débora Velasque de Souza
Edward Frederico Castro Pessano
Maurício Cendón do Nascimento Ávila
Fernando Icaro Jorge Cunha
Marcos Corrêa Kemmerich
Francisco Mesquita Santos
Salete Pereira Zanella
Maria José Baltar de Azambuja
Mayara da Silva Lachmann

DOI 10.22533/at.ed.22021280412

CAPÍTULO 13	124
UMA PRÁTICA EDUCATIVA INTERDISCIPLINAR AMPLIANDO O REPERTÓRIO CULTURAL DO ALUNO	
Cecilia Doracy Ulrich Regis Scarlet Karen Buzzi	
DOI 10.22533/at.ed.22021280413	
CAPÍTULO 14	136
LA GESTIÓN EDUCATIVA SEGÚN EL PENSAMIENTO DE JAIME CAICEO: UN ENFOQUE HISTÓRICO	
Estela Socías Muñoz	
DOI 10.22533/at.ed.22021280414	
CAPÍTULO 15	147
EDUCAÇÃO, DESAFIOS E DILEMAS DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: GÊNERO E A MULHER ENCARCERADA	
Tailan Cristina Maciel Vanessa Elisabete Raue Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.22021280415	
CAPÍTULO 16	158
O DESINTERESSE DOS JOVENS NA AULAS DE SOCIOLOGIA, EXISTE UM CULPADO?	
Jessica Laiane dos Santos Dildo Pereira Brasil Carlos Henrique Catuaba de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.22021280416	
CAPÍTULO 17	169
PENSAR O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: PROCESSOS DE (TRANS) FORMAÇÃO COLABORATIVOS	
Isabel Tomázio Correia Manuela Matos So ia Figueira	
DOI 10.22533/at.ed.22021280417	
CAPÍTULO 18	181
A IMPORTÂNCIA DA DIVERSÃO NO APRENDIZADO DA MATEMÁTICA	
Gyslane Aparecida Romano dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.22021280418	
CAPÍTULO 19	184
A IMPORTÂNCIA DO AMBIENTE FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA	
Aline Carolina Bassoli Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.22021280419	

CAPÍTULO 20.....	193
RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: REFLEXÕES DA GESTÃO ESCOLAR DIANTE DA AUSÊNCIA DOS PAIS NA EDUCAÇÃO DE SEUS FILHOS	
Isabele Guimarães Ramos	
Jadson Justi	
Jamson Justi	
Edrilene Barbosa Lima Justi	
DOI 10.22533/at.ed.22021280420	
SOBRE OS ORGANIZADORES	209
ÍNDICE REMISSIVO.....	211

ACESSIBILIDADE NO IFCE: ANÁLISE SITUACIONAL DOS NAPNES

Data de aceite: 03/05/2021

Data de submissão: 03/02/2021

Hellenvivian de Alcantara Barros

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Ceará- IFCE
Fortaleza- Ceará
<http://lattes.cnpq.br/1551861215235443>

Kelma de Freitas Felipe

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Ceará- IFCE
Fortaleza- Ceará
<http://lattes.cnpq.br/3194825430522057>
ORCID: 0000-0002-7837-8842

Patrícia Fernandes de Freitas

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Ceará- IFCE
Fortaleza- Ceará
<http://lattes.cnpq.br/6775145800687057>

RESUMO: No ano de 2015, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) criou a Comissão Técnica para Política de Acessibilidade, que realizou um diagnóstico sobre as condições de acessibilidade nos *campi* do IFCE através de pesquisa situacional junto aos Núcleos de Acessibilidade às Pessoas com Necessidade Específicas – NAPNEs, resultando neste artigo, cujo objetivo é dar visibilidade às questões de acessibilidade na referida instituição. Os integrantes dos núcleos responderam a um questionário via *google docs*, sendo as respostas analisadas à luz de marcos regulatórios nacionais

e locais. A pesquisa foi subdividida nos seguintes aspectos: informações gerais dos núcleos, estruturação física dos campi, condições de funcionamento dos núcleos, principais ações desenvolvidas, percepções sobre o apoio da gestão, avaliação do apoio da Coordenadoria de Acessibilidade e Diversidade étnico-racial (CAD) e, ainda, as principais demandas dos núcleos. Como resultado, aferimos que o Regulamento dos NAPNEs (Resolução 050 de 2015 do CONSUP) não está sendo cumprido em sua totalidade, principalmente, nos pontos de infraestrutura adequada a acessibilidade e na garantia de função gratificada aos coordenadores de NAPNEs. Além disso, verificou-se que os núcleos procuram desenvolver um trabalho integrado e realizam muitas parcerias com organizações da sociedade civil. No entanto, as gestões nos *campi* do IFCE precisam avançar na garantia de dar condições de trabalho aos núcleos e estes também precisam atentar-se para objetivos e atribuições dispostos no regulamento.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Acessibilidade. Inclusão.

ACCESSIBILITY AT IFCE: SITUATIONAL ANALYSIS OF NAPNES

ABSTRACT: In 2015, the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará (IFCE) created the Technical Commission for Accessibility Policy, which carried out a diagnosis on the conditions of accessibility on IFCE's campuses through situational research with the Accessibility Centers to People with Specific Needs - NAPNEs, resulting in this article, whose objective is to give visibility to

accessibility issues in that institution. The members of the centers answered a questionnaire via google docs, and the responses were analyzed in the light of national and local regulatory frameworks. The research was subdivided into the following aspects: general information on the centers, physical structure of the campuses, operating conditions of the centers, main actions developed, perceptions about management support, evaluation of the support of the Coordination for Accessibility and Ethnic-Racial Diversity (CAD) and, still, the main demands of the nuclei. As a result, we found that the NAPNEs Regulation (Resolution 050 of 2015 from CONSUP) is not being fully complied with, mainly in the points of adequate infrastructure for accessibility and in guaranteeing a gratified function to NAPNEs coordinators. In addition, it was found that the nuclei seek to develop integrated work and enter into many partnerships with civil society organizations. However, management on the IFCE campuses needs to move forward in ensuring that working conditions are provided to the nuclei and they also need to pay attention to the objectives and duties set out in the regulation.

KEYWORDS: Education. Accessibility. Inclusion.

1 | INTRODUÇÃO

A Constituição Federal- CF de 1988 reservou alguns artigos para a educação que apontavam para uma educação das Pessoas com Deficiência - PcD. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB de nº 9.394. /96 no art. 58 destacou que a educação especial é uma modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. E que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

Ainda no rol das legislações importantes para a inclusão das PcDs na sociedade e nas instituições, a Lei Brasileira de Inclusão - LBI nº 13.146/2015 define que para a efetivação deste sistema de ensino inclusivo, cabe ao poder público assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. Também incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; II- aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena (BRASIL, 2015, p.27-28).

Com o intuito de elaborar a Política de Acessibilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- IFCE, em 2015 foi criada a Comissão Técnica para Política de Acessibilidade, através da portaria 509 do Gabinete do Reitor. A primeira ação da comissão foi realizar um diagnóstico sobre as condições de acessibilidade nos *campi* do IFCE junto aos NAPNEs, realizando uma pesquisa situacional, no período de

agosto de 2017 a agosto de 2018.

As respostas à pesquisa resultaram neste artigo, cujos dados foram analisados à luz de marcos regulatórios nacionais e locais sobre a inclusão educacional de pessoas com deficiência, quais sejam: a Lei Brasileira de Inclusão (LBI); a Norma Brasileira Regulatória (NBR 9050); e o Regulamento dos NAPNEs do IFCE (Resolução 050 de 2015 do Conselho Superior- CONSUP).

Para conceituar Pessoa com Deficiência tomamos como referência a LBI, que define, em seu art. 2º, Pessoa com Deficiência como *aquela que têm impedimento, de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, em que a interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoa.*

Esta mesma Lei, em seu art. 3º, define três conceitos de grande relevância na produção desta pesquisa:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

III- tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

IV- barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança

Os conceitos acima referidos norteiam as discussões da pesquisa e a orientação dos trabalhos da CAD junto aos núcleos, com vistas, não apenas a um mero cumprimento legal, mas a uma educação equânime, que respeite as diferenças e viabilize o conhecimento de maneira acessível.

2 | METODOLOGIA

A Coordenadoria de Projetos Especiais da PROEXT (atual Coordenadoria de Acessibilidade e Diversidade étnico racial - CAD), no período de agosto de 2017 a agosto de 2018, realizou pesquisa, via *Google docs*, utilizando-se de questionários respondidos pelos coordenadores de NAPNEs, com o apoio de seus integrantes. O intuito da pesquisa era conhecer a realidade dos núcleos para, assim, pensar estratégias de acompanhamento

qualitativo aos núcleos.

Foram enviados questionários aos 32 *campi* do IFCE, obtendo 24 respostas, correspondendo ao alcance de 75% dos núcleos. A investigação pautou-se nos seguintes aspectos: informações gerais dos núcleos; estruturação física do *campi*; condições de funcionamento dos núcleos; principais ações desenvolvidas; percepções sobre o apoio da gestão; avaliação do apoio da CAD; e as principais demandas dos núcleos.

Segundo Gil (2012), o questionário é uma técnica de largo emprego nas ciências sociais e consiste num conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamentos presentes ou passados.

Assim, a partir do recebimento dos questionários, realizamos a análise das respostas, fundamentando-nos no conhecimento de legislações nacionais e locais, bem como em escutas dos núcleos, realizadas em momentos de assessorias regionais da CAD nos *campi* e de diálogos com a Comissão Técnica de Acessibilidade do IFCE, como veremos nos itens a seguir.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

No panorama da estrutura física para os NAPNEs, uma pequena parcela respondeu dispor de sala (37,5%), no entanto, vale salientar, alguns *campi* respondentes não possuem NAPNE. Avaliamos que, pelo tempo de criação dos núcleos, pelas exigências feitas na resolução 050 de 2015, ainda é reduzido o número de NAPNEs com as condições necessárias ao seu funcionamento, pois já deveríamos ter avançado nessa questão, visando garantir condições mínimas de trabalho da equipe e o melhor atendimento aos usuários.

Identificamos, ainda, que 19 NAPNEs, com sala própria, não possuem telefone. Quanto a computador, vimos que mais da metade, 13 NAPNEs, possuem o referido equipamento, mas sabemos que 100% dos núcleos necessitam de tal condição para seu funcionamento.

Quanto à tecnologia assistiva, vimos que 50% dos *campi* possuem as referidas tecnologias, e uma variedade considerável de materiais. Entretanto, muitos desses *campi* não têm todos os itens listados na pesquisa, quais foram: 2 Kits de Lupas, 01 Lupa eletrônica, 02 Multiplanos, 04 Cadeiras de rodas, 03 Máquinas de Braille, Regletes com punção, 04 Sorobãs, 01 Quadro adaptado, Bengalas, 01 *Software Dosvox*, 01 Teclado adaptado, 01 Scanner de voz, Elevador acessível, 01 Plataforma elevatória, 01 Trave de Goalball e 01 Bola de futsal com guizo. Ressaltamos que quatro dos *campi* respondentes disseram não ter nenhum item que se caracterize como tecnologia assistiva.

Na pesquisa vimos que em relação à tecnologia assistiva, 50% relatou ser insuficiente, 45,8% disseram não existir; e apenas 4,2% informou serem suficientes as

tecnologias assistivas existentes no campus. Embora várias tecnologias assistivas tenham sido citadas acima, elas ainda existem pontualmente em cada campus e foram adquiridas, inclusive, com recurso, que em um único ano, veio carimbado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) destinado às ações de inclusão. Outros foram do Núcleo de Tecnologia Assistiva do IFCE. Tal dado evidencia a ausência de recursos e políticas públicas sistemáticas para a educação inclusiva na Rede Federal.

A importância das tecnologias assistivas pode ser melhor percebida ao nos remetermos a LBI, a qual entende-as como todo e qualquer recurso utilizado para facilitar ou ampliar habilidades de uma pessoa com deficiência. Elas podem ser usadas tanto para mobilidade, quanto para acessar a uma informação. Como exemplos de tecnologia assistiva, podemos citar: bengala para o cego locomover-se melhor; software com leitor de tela, para que ele possa acessar um conteúdo virtual; e intérprete de libras, para garantir acessibilidade comunicacional à pessoa surda.

Quanto ao material didático acessível para pessoas com deficiências, dos *campi* respondentes ao questionário, seis informaram não haver qualquer tipo de material didático acessível.

Pelos resultados, podemos afirmar que o art. 27º do Regulamento dos NAPNEs (Resolução 050 de 2015 do CONSUP) não está sendo cumprido em sua totalidade. Vejamos:

O NAPNE deverá dispor de infraestrutura necessária para sua instalação, suporte administrativo e apoio para seus trabalhos, tais como:

I - Sala com acessibilidade física, espacial e mobiliária;

II - Telefone, computadores em rede e softwares específicos;

III - Uma cadeira de rodas, para eventuais emergências;

IV - Recursos multifuncionais para apoio aos estudantes e servidores com deficiência;

V - Tecnologias Assistivas que possibilitem o atendimento individualizado aos estudantes e servidores (Art. 27º - Resolução 050 de 2015 do CONSUP-IFCE).

Perguntados sobre quais projetos ou programas ligados a inclusão e/ou acessibilidade o NAPNE executa, participa ou colabora no campus, obtivemos as seguintes informações: acompanhamento dos alunos com deficiência; encontro anual do NAPNE; curso de capacitação em Libras; encontro pedagógico; acolhida aos alunos; participação em encontros, eventos, seminários sobre Educação Inclusiva e acessibilidade; projeto e programas sobre inclusão e acessibilidade; parceria com a Disciplina Educação Inclusiva no Curso de Licenciatura em Letras e com a disciplina Projeto Arquitetônico do curso integrado em edificações; grupos de estudo; cine-pipocas com filmes temáticos; e abertura de linha de investigação em um grupo de pesquisa.

Podemos concluir que, mesmo os NAPNEs não tendo toda infraestrutura de que necessita, mesmo sem profissionais específicos lotados para atividades dos núcleos, os servidores envolvidos com a acessibilidade nos *campi* são bastante comprometidos e têm se esforçado no desenvolvimento de ações inclusivas. Ademais, ações desenvolvidas por estes núcleos são comumente realizadas através de um trabalho integrado com outros segmentos dos *campi*. No entanto, a gestão precisa avançar na garantia de condições de trabalho dos NAPNEs e estes também precisam atentar-se para outros objetivos e atribuições dispostos no regulamento dos Núcleos.

Pelo regulamento dos NAPNEs, todos os *campi* já deveriam ter núcleo instituído, sabendo que o prazo final para implantação era dezembro de 2016. Chegamos a 2019 com 25 núcleos, faltando 7 serem implantados.

Mesmo nos *campi* que têm proposta de acessibilidade arquitetônica, ainda observamos que há muitos aspectos que fogem aos padrões de acessibilidade determinados pela NBR 9050 de 2015. Dos entrevistados, 16,7% relataram não ter espaços físicos acessíveis e 58,3% consideram que a acessibilidade ainda é insuficiente.

Sobre o espaço físico, ainda existem 41,7% dos NAPNEs sem dispor de um; 20,8% consideram o espaço insuficiente e 35,7% acreditam ser suficiente ou ótimo. Referente a esta questão, identificamos que os NAPNEs, em geral, dividem espaço com Direção de Ensino (DIREN), Coordenação de Assistência Estudantil - CAE, Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreiras dos Técnicos- Administrativos (CIS-PCCTAE), Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e Comissão de Acompanhamento de Estágios. Assim, houve a reclamação da falta de um espaço mais adequado para realização de suas atividades.

Sobre os cargos dos servidores integrantes dos NAPNEs, percebemos que os *campi* estão buscando contemplar o art. 6º da Resolução 050/2015 referente à equipe multidisciplinar. Quanto à função gratificada, vimos que em nenhum campus os coordenadores recebem função gratificada, algo que os membros consideram como aspecto negativo e sentem-se desvalorizados, tornando-se importante a revisão dessa situação, pois a função pode ser mais um motivador para o trabalho que muitos já fazem em defesa educação inclusiva.

Com relação à formação e à titulação dos servidores envolvidos nos NAPNEs, foram apontadas uma diversidade de formações: Letras, Geografia, Engenharia de Produção, graduação em letras, Filosofia, Licenciatura em Letras, Especialização em Planejamento Educacional e Políticas Públicas, Pedagogia, Enfermagem, Especialista em Educação de Jovens e Adultos, Direito, Letras Espanhol, Graduação em Biologia, Graduada em Licenciatura em Pedagogia e mestrado em Educação e Ensino, História, Tecnóloga de RH e Ensino Médio completo.

Quanto ao total de membros em cada NAPNE, 45,8% disseram ser insuficiente; e 33,3% avaliou como suficiente. Sabemos que são muitas as demandas que chegam aos

NAPNEs, sendo reduzido o total de servidores para atender a essas necessidades. Sobre a existência de portaria de instituição dos Núcleos, vimos que 83,3% (a grande maioria dos *campi* respondentes) já tem o núcleo regulamentado, demonstrando um compromisso da equipe e de alguns gestores na institucionalização dos núcleos.

No que se refere às condições de funcionamento, um dos itens abordados foi a dotação orçamentária, quando observamos que 95,8% dos *campi* respondentes não possuem determinação de recursos para atuação no Núcleo. Neste caso, o regulamento orienta, em seu art. 22º, que as ações dos NAPNEs deverão ser incluídas no Plano de Ações Anuais (PAA) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do *Campus*. Vejamos o que diz o art. 23º do referido regulamento “Por ocasião do Planejamento do Orçamento Anual (PLOA), os membros do NAPNE deverão solicitar à Direção Geral do *Campus*, até 30 (trinta) de junho de cada ano, recursos necessários ao seu funcionamento para o exercício posterior”. Entendemos que a gestão dos *campi* também precisa assumir esse compromisso.

O outro ponto realciona-se ao apoio institucional, sendo verificado que a maioria dos NAPNEs (83,3%) têm apoio institucional, o que de certo modo é contraditório, considerando as respostas às condições mínimas para o funcionamento dos núcleos expostas acima, relativas a falta de recursos financeiros e de espaços físicos. Compreendemos que, talvez, esse apoio tenha sido verbal, no sentido da gestão de alguns *campi* colocarem-se junto às equipes de NAPNEs, dizer que valorizam essa equipe, e, no máximo, viabilizam diárias e passagens para participar de eventos, capacitações e/ou formações.

No que tange à existência de parcerias externas, quase metade informou a existência de alguma, algo que avaliamos positivamente para o desenvolvimento das atividades dos Núcleos. Questionados sobre o tipo de apoio/atendimento/suporte que o Núcleo dá às pessoas com necessidades específicas, foram apresentados: atendimentos com profissional de enfermagem, psicologia, serviço social e pedagogia; acompanhamento sistemático de estudantes, em trabalho integrado com a Coordenação de Assuntos Estudantis - CAE e a Coordenação Técnico-Pedagógica- CTP, bem como encaminhamento de demandas de discentes para a rede de proteção social dos municípios dos *campi*; orientações aos professores sobre metodologia, material didático e adaptação curricular e formas de avaliação; levantamento de demandas e necessidades junto aos estudantes; discussão sobre a acessibilidade no *campus* e infraestrutura das salas de aula (mapeamento); e suporte para a quebra de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e pedagógicas. Acreditamos que os núcleos que ainda não conseguem realizar todos esses atendimentos podem utilizar esses exemplos como referência, pois contemplam uma parte dos objetivos (art.2º) e atribuições (art.6º) dos Napnes do IFCE.

A última parte da pesquisa traz uma avaliação geral sobre o suporte oferecido pela reitoria em relação à inclusão, sendo destacado por 70,8% dos respondentes que consideram o apoio da reitoria suficiente ou ótimo e 29,2% que disseram ser insuficiente

ou não existente. Dados que precisamos trabalhar para mudar e ter o maior percentual de satisfação com relação ao apoio da reitoria.

Sobre a preparação dos membros para atuar no atendimento a situações específicas, vimos que 79,2% consideram insuficiente e 16,7% afirmaram não existir essa preparação, e apenas 4,1% avaliou como ótimo. Esses dados demonstram a urgência na formação e na capacitação de servidores/as do IFCE no âmbito das políticas de inclusão e acessibilidade.

Na pesquisa, solicitamos, outrossim, que, em uma ordem de prioridades, os NAPNEs enumerassem quais as demandas mais urgentes do Núcleo para um atendimento às necessidades, como: aquisição de Tecnologia Assistiva; contratação de pessoas; capacitação dos Servidores; adequação da infraestrutura do campus; aquisição de sala própria; incentivo à participação em eventos; garantia de dotação orçamentária própria; disponibilização de função gratificada para a coordenação do NAPNE; e capacitação continuada dos membros dos núcleos.

Os dados e informações trazidos são, de certo modo, reivindicações dos NAPNEs para a viabilização de atendimentos qualificados aos estudantes, com foco numa proposta de educação inclusiva, no sentido mais amplo, para atender à diversidade humana, conforme aponta Teodoro e Sanches (2006).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa representa fonte de informações para pensarmos a realidade da inclusão educacional no IFCE. No que concerne à infraestrutura, mesmo nos *campi* que têm proposta de acessibilidade arquitetônica, ainda observamos que há muitos aspectos que fogem aos padrões de acessibilidade, conforme a NBR 9050 de 2015, sendo interessante uma análise da infraestrutura de todos os *campi* por profissionais da engenharia e da arquitetura, por meio de diálogos com equipes de NAPNE, CTP, Coordenação de Controle Acadêmico-CCA, Biblioteca e, acima de tudo, com estudantes e servidores com deficiência, para pensar um projeto arquitetônico acessível e buscar captação de recursos para esta finalidade, pois a acessibilidade a pessoas com deficiência reflete diretamente nos aspectos de acesso e permanência dos discentes nos *campi* do IFCE, visto que as condições estruturais, na maioria da vezes, são os primeiros empecilhos no processo de inclusão educacional.

Podemos afirmar que os artigos 11º, 25º, 26º e 27º do Regulamento dos NAPNEs não está sendo cumprido em sua totalidade, principalmente nos pontos de infraestrutura adequada à acessibilidade e garantia de função gratificada aos coordenadores de Núcleos.

Contudo, apesar dos NAPNEs não terem toda infraestrutura necessária e profissionais específicos lotados para desenvolver as atividades do núcleo, os servidores envolvidos com a acessibilidade nos *campi* são bastante comprometidos e têm se esforçado no desenvolvimento de ações inclusivas.

Observamos, outrossim, que os núcleos procuram desenvolver um trabalho

integrado e realizam muitas parcerias com as organizações da sociedade civil. No entanto, a gestão precisa avançar na garantia de condições de trabalho dos NAPNEs, e estes também precisam atentar-se para outros objetivos e atribuições dispostos no regulamento dos Núcleos.

Os profissionais dos NAPNEs também se ressentem de não haver dotação orçamentária específica para o desenvolvimento das ações dos núcleos, bem como de não ter uma maior valorização do trabalho desenvolvido pelos profissionais, por meio da garantia de função gratificada, por exemplo, como está previsto na resolução 050 de 2015.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. *Lei nº 9.394/96*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 de dez. 1996.

_____. *Lei nº 13.146/15*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015.

_____. *Norma Brasileira ABNT 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. 3º edição. Disponível em <<https://bit.ly/1WhF7wr>> acesso em 07 fev de 2019. FORTALEZA. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. *Resolução 050 de 14 de dezembro de 2015*. Aprova o regulamento que institui os Napnes do IFCE.

GIL, Carlos Antônio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/l25gSQ>>. Acesso em: 10 out. 2016.

SANCHES, Isabel & TEODORO, António. *Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos*. Revista Lusófona de Educação, 2006. Disponível em <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/691>>. Acesso em dezembro de 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 43, 55, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 115

Acessibilidade atitudinal 105, 106, 107, 113

Adhemar de Barros 94, 95, 99, 100, 102, 103, 104

Adoecimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11

Afetividade 181, 183, 196

Alunos com deficiências 53, 55, 57, 58, 108, 109

Ambiente 13, 15, 23, 24, 27, 42, 43, 48, 50, 51, 54, 57, 105, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 118, 121, 127, 134, 163, 164, 165, 182, 184, 185, 186, 187, 189, 195, 196, 198, 199, 201, 203, 204, 205, 206

Análisis envolvente de datos 26, 28, 30

Aprendizagem 3, 7, 8, 9, 20, 40, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 71, 72, 73, 75, 79, 86, 92, 108, 110, 114, 115, 124, 125, 127, 131, 132, 134, 135, 155, 159, 162, 163, 169, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 210

Atendimento domiciliar 42, 44, 45, 47, 49

B

Benjamin Constant 36, 38, 39, 40, 160

C

Calidad de la educación 136

Calidad educativa 26, 30, 35

Catolicismo 94, 100, 103

Ciência 36, 37, 38, 48, 62, 63, 70, 80, 84, 93, 123, 166

Comte 36, 37, 38, 39, 40, 41

Covid-19 50, 124, 134

D

Deficiência visual 105, 106, 113

Diversão 164, 181, 182, 183

Docência 10, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 24, 25, 46, 78, 79, 93, 158, 167, 168, 209

Docentes 1, 4, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 72, 79, 85, 87, 110, 112, 113, 120, 121, 140, 141, 162, 170, 178, 186

E

Educação 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 18, 21, 25, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 82, 84, 87, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 117, 118, 120, 123, 124, 125, 126, 127, 132, 134, 135, 136, 137, 140, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 167, 168, 169, 170, 172, 174, 175, 176, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210

Educação pré-escolar 169, 170, 172, 176, 179, 180

Encarceramento 147

Enfoque histórico 136, 137

Enfrentamento 1, 2, 3, 7, 8, 9, 153

Ensino 2, 3, 4, 7, 9, 18, 19, 27, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 93, 94, 99, 102, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 127, 131, 134, 154, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 171, 178, 181, 182, 183, 185, 186, 189, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 202, 206, 207, 208, 209, 210

Escola 6, 12, 14, 19, 21, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 72, 73, 75, 76, 79, 82, 84, 85, 86, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 102, 104, 108, 110, 111, 113, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 127, 131, 134, 135, 145, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208

Escola regular 43, 53, 55, 57, 63, 110

Estágio supervisionado 12

Estudios de graduados 26

Experimentação 19, 38, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80

F

Família 21, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 99, 108, 112, 136, 164, 167, 168, 184, 186, 188, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208

Formação continuada 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 79

Formação de professores 2, 6, 10, 12, 18, 19, 25, 82, 93, 108, 161, 162, 209, 210

G

Gênero 5, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 208

Gestión educativa 136, 137, 143

Gestor escolar 193, 195, 207, 208

I

Identidades docentes 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25

Inclusão 6, 42, 43, 49, 51, 53, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 154, 155, 158, 161, 184, 186, 189, 190, 191, 210

Inclusão escolar 53, 57, 58, 60, 61, 70, 105, 108, 114, 115, 190

Índice de efectividade 26, 28, 29

Interação 12, 14, 20, 22, 23, 24, 42, 45, 46, 51, 57, 59, 60, 64, 72, 75, 106, 127, 171, 182, 183, 186, 187, 190

Interdisciplinaridade 124, 125, 134

J

Januário Baleeiro 94, 95, 96, 97, 99, 100, 103, 104

L

Lucília Bechara Sanchez 81, 82, 84, 85, 93

M

Matemática 37, 38, 50, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 120, 123, 178, 181, 182, 183, 189, 209, 210

Matemática moderna 81, 82, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93

Metodologias de ensino 71

Moderna 36, 39, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 115

Mulher 84, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

O

Orientações curriculares 169, 170, 180

P

Política educacional 94, 101

Práticas educativas 71, 73, 74, 78, 124, 127, 131, 134, 147, 148, 154, 209

Práticas pedagógicas 169, 171, 172, 174, 175, 179, 208

Q

Qualidade de vida 64, 116, 117, 123, 186, 191

R

Repertório cultural 124, 125, 126, 134

Republicanismo 36

S

Saúde ambiental 117

Sistema estadual de ensino 94

Socioambiental 117

Sociologia no ensino médio 158, 159, 161, 167

T

Teoria histórico-cultural 1

Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades


na Educação

6

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades

na Educação

6

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021